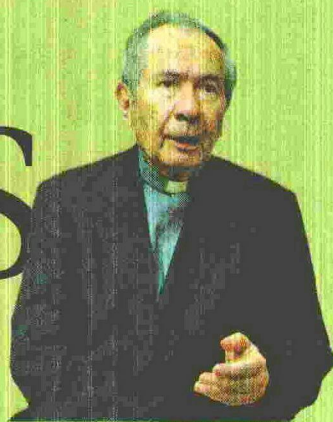


21 CIDADES



Paulo H. Carvalho/CB/22.10.05

CELEBRAÇÃO

O arcebispo Emérito de Brasília, Dom José Freire Falcão, comemorou ontem 80 anos de vida. Esbanja bom humor e disposição. A comemoração pelo aniversário acontece hoje, com uma missa de Ação de Graças, na Catedral de Brasília.

PÁGINA 23

CORREIO BRAZILIENSE

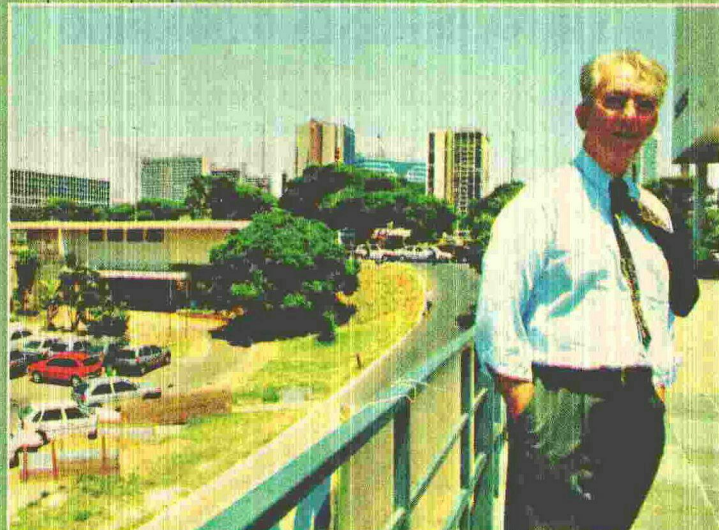
BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2005

Editora: Samanta Sallum//
samanta.sallum@correioweb.com.br
Subeditores: Ana Paixão,
Roberto Fonseca e Wilmar Alves
Coordenadora: Taís Braga//
tais.braga@correioweb.com.br
e-mail: cidades@correioweb.com.br
Tels. 3214-1180 • 3214-1181
fax: 3214-1185

URBANISMO *Dr. Brasília*

Especialistas avaliam as agressões ao projeto original da capital. Puxadinhos, coberturas irregulares e a transformação de áreas públicas em estacionamentos particulares são as principais interferências

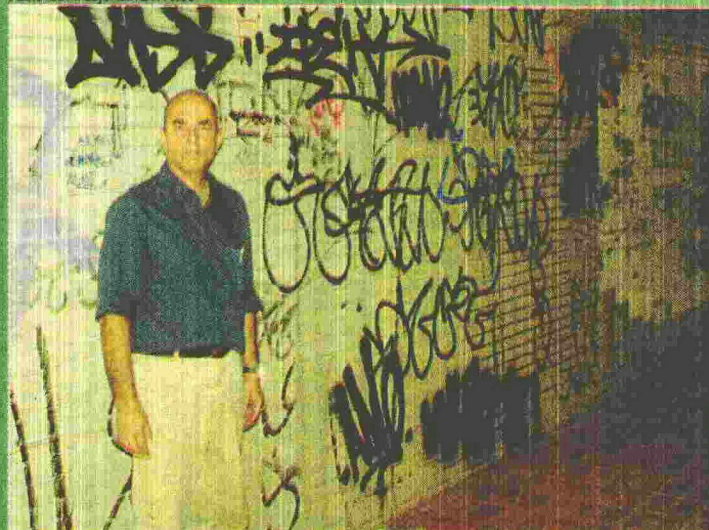
Monique Renne/Especial para o CB/19.10.05



Adauto Cruz/CB/21.10.05



Paulo de Araújo/CB/21.10.05



DA ESQUERDA PARA A DIREITA, ALFREDO GASTAL, TÂNIA BATTELLA E ALBERTO FARIA MOSTRAM O QUE MAIS OS INCOMODA NO SETOR BANCÁRIO NORTE, NA 305 SUL E NAS PASSAGENS DE PEDESTRES SOB O EIXÃO

Brasília ameaçada

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

As agressões ao projeto urbanístico de Brasília ganham volume diante de olhos treinados. Incomodam de maneira especial aqueles que entendem a importância dos traços originais da capital. O Correio convidou três especialistas envolvidos na preservação da cidade para comentar as irregularidades que observam diariamente. O superintendente regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal; o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), Alberto Faria, e a integrante do Conselho Superior do IAB, Tânia Battella, apontam os problemas nas áreas por onde transitam diariamente.

O Edifício Central Brasília, que abriga a superintendência regional do Iphan, no Setor Bancário Norte, está cercado de irregularidades. Ao lado dele um restaurante invade a área pública com um puxadinho de aproximadamente 30 m². "Basta andar alguns metros para perceber a falta de consciência", comenta Alfredo Gastal. O excesso de carros e a falta de vagas nos estacionamentos públicos revela o segundo problema da zona central de Brasília: o desvirtuamento das construções. Salas ocupam o espaço destinado a garagens nos subsolos. Além de aumentar o número de carros que circulam pela região, a prática diminui a oferta de vagas.

A infração é observada até mesmo no bloco onde funciona o Iphan. A garagem ocupa só o primeiro subsolo, os dois outros estão tomados por escritórios e auditórios. A situação é igual no prédio que abriga a Administração de Brasília. "É um erro de projeto, não dos ocupantes. Os arquitetos e engenheiros devem pensar em todos os aspectos ao planejar uma obra", explica Gastal. Ele inclui na lista de agressões à zona central da cidade as barreiras ao trânsito livre dos pedestres e a poluição visual com as propagandas ilegais. Os passeios públicos quebrados ou desnivelados e sem rampas de acessos dificultam a circulação de cadeiras de rodas e de idosos.

Para o superintendente do Iphan, é preciso criar mecanismos para incentivar a ocupação dos lotes vazios no Setor Bancário Norte. "Eles abrem espaço para as irregularidades e deixam a

TRÊS VISÕES

Os especialistas em urbanismo apontam as principais irregularidades perto dos locais por onde transitam diariamente

1 SETOR DE MANSÕES DO LAGO NORTE E SETOR BANCÁRIO NORTE

O superintendente do Iphan, Alfredo Gastal, mora no Setor de Mansões do Lago Norte e trabalha no Setor Bancário Norte. Convive com irregularidades urbanísticas nos dois locais. Na zona central, os principais problemas são as propagandas ilegais, invasões de área pública e desvirtuamento dos prédios com subsolos ocupados por salas e escritório em vez de garagens, como previa o projeto original. Critica o excesso de terrenos desocupados. Perto da casa onde vive, os condomínios irregulares e a privatização da orla são os problemas urbanísticos que mais chamam a atenção

2 ASA SUL

A integrante do Conselho Superior do IAB, Tânia Battella, mora na 305 Sul. Todos os dias ao sair do apartamento, sofre com as agressões ao projeto urbanístico de Brasília. As invasões de área pública pelos comerciantes locais são apontadas como o principal problema. Também critica o descaso dos empresários com a faixa dos blocos voltada para a quadra residencial. "Eles usam para armazenar entulhos", reclama. Aponta a acessibilidade como um dos pontos críticos da região, porque o desnível das calçadas e as mesas dos bares atrapalham a locomoção de pedestres idosos e cadeirantes

3 ASA NORTE

O presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), Alberto Faria, é morador da 205 Norte. Reclama do desmatamento da faixa verde em volta das quadras residenciais. Critica o vandalismo que afeta as passagens subterrâneas sob o Eixo Rodoviário e lamenta a falta de consciência dos comerciantes que ignoram as regras para anúncios e poluem as faixadas dos prédios com propagandas irregulares.



cidade com um aspecto ruim", comenta. Gastal sugere a criação de uma lei para obrigar os donos dos terrenos a iniciarem a construção do empreendimento num prazo estipulado, para evitar a especulação imobiliária.

Mas não é apenas o descaso com o projeto da capital que incomoda o arquiteto. Na volta do trabalho, ele passa por três condomínios ilegais. De casa, no Setor de Mansões do Lago Norte, o arquiteto pode avistar as churrasqueiras, piéres e quadras poliesportivas que invadem a margem do Lago Paranoá.

Áreas verdes

O prazer das caminhadas matinais do presidente do Crea, Alberto Faria, todos os dias é prejudicado pelo estado de conservação do Plano Piloto. O cinturão verde que deveria circular as quadras residenciais sede espaço para um estacionamento na 405 Norte. O comércio local estampa, faixas, painéis e propagandas de

diversos tipos sem regulamentação. As passagens subterrâneas sob o Eixo Rodoviário viraram alvo do vandalismo. "Revelam o descaso da população. A comunidade tem de aprender a cuidar de Brasília e o valor da cidade para ajudar a fiscalização", afirma.

Morador da 205 Norte, ele também critica as empreendedoras que erguem prédios em desacordo com o gabarito autorizado. O plano de Lucio Costa limitava os blocos residenciais a seis andares e proibia as coberturas individuais. Ao longo do tempo, no entanto, as construções cresceram e engordaram. "Não chego a me acostumar. São tantos problemas que desanimo", lamenta Faria. A atribuições do Crea se restringem a fiscalizar se os empreendimentos contam com algum engenheiro responsável e se o profissional está legalmente habilitado para o serviço (leia quadro).

As agressões à cidade também fazem parte da rotina da integrante do IAB, Tânia Battella. Ela

mora na 305 Sul, de frente para o comércio local. "As invasões de área pública principalmente pelos bares atrapalham a circulação dos pedestres e atrai um número de carros maior que o inicialmente previsto para a região. Incomoda os moradores", explica. A arquiteta destaca que não é contra os empresários, mas defende a transferência deles para as áreas comerciais originalmente previstas, como a avenida W3. "A disputa por vagas muda a rotina da comunidade. Meus horários são estabelecidos em função do fluxo de clientes", reclama.

Para Tânia Battella, é preciso preservar a cidade para manter a qualidade de vida da população. Ela defende a padronização até mesmo dos telhados dos comércios locais. "Paris é respeitada porque a cidade observa os detalhes. A legislação do país determina que os moradores mantenham os tetos e janelas das casas e edifícios limpos", comenta. Na avaliação da representante do IAB, a fis-

QUEM FISCALIZA

CREA

O principal objetivo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia é fiscalizar a atuação dos profissionais e técnicos de nível médio das três categorias. A ideia é garantir à sociedade que as obras e serviços técnicos sejam executados por pessoas e empresas habilitadas. A entidade avalia a documentação das obras, mas não tem atribuição alguma sobre o licenciamento dos empreendimentos. O Crea está presente em todas as capitais e sua composição é feita a partir de representantes das instituições de ensino superior e das entidades de classe que congregam as três profissões.

IAB

O Instituto de Arquitetos do Brasil agrega os profissionais da área. A instituição não-governamental promove cursos de especialização e debate internamente assuntos relacionados à

preservação das cidades.

Quando requisitado, emite pareceres para o Ministério Público. Geralmente é consultado e encaminha sugestões para a elaboração das legislações específicas para o setor de Arquitetura e Urbanismo, como é o caso do Plano Diretor de Publicidade. Trabalha em parceria com os órgãos governamentais para coibir e fiscalizar as agressões ao projeto original da cidade.

IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 para garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro. O Iphan atua junto à sociedade em todo território nacional, por meio de 29 unidades. Brasília é a maior área urbana considerada patrimônio da humanidade no mundo. Na área tombada, a autarquia analisa e emite pareceres sobre obras e alterações no projeto urbanístico original.

calização na capital é falha e abre brecha para as irregularidades.

Poucos fiscais

O subsecretário de Fiscalização, José da Luz Araújo, argumenta que o número de fiscais é insuficiente para cobrir toda a cidade. Segundo ele, há um déficit de 685 profissionais na secretaria. Todo o território de Brasília é monitorado por apenas 23 homens. Eles são responsáveis por coibir os puxadinhos, as propagandas ile-

gais e as torres de celular. "A cidade cresce, a demanda de serviço acompanha, mas o número de fiscais só diminui", diz. Em 1994, o Distrito Federal contava com 1.750 pessoas no trabalho. José da Luz aponta a insistência dos infratores e as limitares concedidas pela Justiça como complicadores. "Há casos em que agimos num dia e, no dia seguinte, a irregularidade ocorre novamente. Para piorar, a Justiça beneficia algumas obras ilegais", acusa.